



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

CONSELHO UNIVERSITÁRIO

SECRETARIA

ATA Nº 3/2024

Aos doze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro, às nove horas, no Auditório do Núcleo de Tecnologia e Educação Aberta e a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, localizado no Edifício anexo ao Cine Teatro PAX-UEPG, situado na Rua Dr. Antônio Russo, 28, Oficinas, na cidade de Ponta Grossa, Paraná, sob Presidência do Magnífico Reitor Professor Miguel Sanches Neto, reuniu-se ordinariamente o Conselho Universitário - COU, com a presença do Senhor Vice-Reitor Professor Ivo Mottin Demiate e dos Conselheiros Adilson Luiz Chinelatto, Adriana de Souza Martins, Adriana Timoteo dos Santos, Adriano Gonçalves Viana, Airton Kirst, Alexandre Camilo Júnior, Ana Cláudia Barana (suplente), Andrea Tedesco, Beatriz Gomes Nadal, Bruno Pedroso (suplente), Carlos Emmanuel Ribeiro Lautenschlager, Cleise Maria de Almeida Tupich Hilgemberg, Eliane de Fátima Rauski, Elisabeth Mônica Hasse Becker Neiverth, Elizabeth Silveira Schmidt, Emerson Martins Hilgemberg, Gersa Clazer Halila Possagno, Gilmar Batista Mazurek (suplente), Gonçalo Cassins Moreira do Carmo (suplente), Guilherme Araujo Vuitik (suplente), Ione da Silva Jovino, Iriane Eger, Irvana Chemin Branco, Jesiane Stefania da Silva Batista, Jozia Ribeiro do Nascimento, Júlio César Miné, Marcelo Alves da Silva (suplente), Margarete Aparecida dos Santos (suplente), Marina Tolentino Marinho, Miguel Archanjo de Freitas Junior, Nilvan Laurindo Sousa (suplente), Renê Francisco Hellman, Rogério de Brito Bergold, Rosangela Maria Silva Petuba (suplente), Sandra Maria Scheffer, Siderlei Nascimento, Silas Guimarães Moro, Silvana Oliveira, Simone de Fátima Flach, Teresa Jussara Luporini (suplente), Vitória Freitas Caetano de Oliveira (suplente) e Zélia Maria Lopes Marochi; contando ainda com a presença dos



representantes da Procuradoria Jurídica Adriana de Fátima Pilatti Ferreira Campagnoli, da Prefeitura do *Campus* Universitário Elias Pereira, da Coordenadoria de Comunicação Social Luciane Pereira da Silva Navarro, do Núcleo de Tecnologia da Informação Luiz Gustavo Barros e da Controladoria Geral Cristiane Galvão Fidelis, para apreciarem a seguinte ordem do dia: **1** - Ciência e Aprovação das Atas nº 1/2024 e nº 2/2024; **2** - Processo nº **23.0000029699-0**. Interessada: Traudi Klein p.p Tarcis Magalhães Pereira. Assunto: Interpõe recurso administrativo contra a aplicação da penalidade de suspensão por 30 dias, proveniente da Portaria R. 2023.873. Relatora: Conselheira Maria Lucia Cazarin Beserra Madruga - concedido vistas ao Conselheiro Siderlei Nascimento; **3** - Processo nº **24.0000001159-4**. Interessada: Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI. Assunto: Homologação da Portaria R. 2024.503 que aprovou *ad referendum* adesão na Prova Paraná Mais, com a reserva de 20% do total de vagas de cada curso/turno, ofertadas pela UEPG, a partir de 2024. Relator: Conselheiro Miguel Archanjo de Freitas Junior; **4** - Processo nº **24.0000039672-0**. Interessada: Comissão de Análise da proposta do regime semestral. Assunto: Homologação da Portaria R. 2024.569 que aprovou *ad referendums* alterações pertinentes ao Regimento Geral quanto ao Regime Didático, a Matrícula e dos Cursos em Geral. Relator: Conselheiro Miguel Archanjo de Freitas Junior; **5** - Processo nº **23.0000071021-5**. Interessada: Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História. Assunto: Homologação da Portaria R. 2023.919 que aprovou *ad referendum* criação do Curso de Doutorado no Programa Acadêmico de Pós-Graduação *Stricto sensu* em História, e respectivo regulamento. Relatora: Conselheira Silvana Oliveira; **6** - Processo nº **24.0000033732-5**. Interessada: Fazenda Escola “Capão da Onça” - FESCON. Assunto: Aprovação do novo Regimento Interno da FESCON. Relatora: Conselheira Andrea Tedesco; **7** - Processo nº **24.0000065875-0**. Interessada: Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD. Assunto: Aprovação do Calendário



51 Universitário para os Cursos Presenciais e a Distância da UEPG, ano letivo 2025. Relator:
52 Conselheiro Miguel Archanjo de Freitas Junior; **8** - Processo nº **23.000060177-7**.
53 Interessada: Comissão de Estudos. Assunto: Criação do Curso de Bacharelado em
54 Arquitetura e Urbanismo da UEPG. Relator: Conselheiro Renê Francisco Hellman; **9** -
55 Processo nº **24.000067102-0**. Interessada: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação -
56 PROPESP. Assunto: Aprovação de regras de equidade de gênero no Estatuto e
57 Regimento Geral da UEPG. Relator: Conselheiro Renê Francisco Hellman; **10** - Processo nº
58 **23.000070211-5**. Interessado: Setor de Ciências Sociais Aplicadas - SECISA Assunto:
59 Proposta de alteração do Código de Ética da UEPG. Relatora: Conselheira Sandra Maria
60 Scheffer; **11** - Processo nº **24.000026753-0**. Interessado: Departamento de
61 Administração. Assunto: Criação do Curso Superior de Tecnologia em Logística,
62 modalidade a distância, da UEPG. Relatora: Conselheira Sandra Maria Scheffer; **12** -
63 Processo nº **24.000055584-5**. Interessada: Comissão de Estudos. Assunto: Criação do
64 Curso de Bacharelado em Psicologia da UEPG. Relatora: Conselheira Sandra Maria
65 Scheffer. A Presidência da mesa cumprimentou a todos os presentes e, depois de
66 constatada a existência de quórum regimental, iniciou os trabalhos solicitando inversão de
67 pauta para primeiramente apreciar o item 9, PROCESSO Nº 24.000067102-0,
68 anunciando a presença da grande maioria das mulheres que fazem parte da equipe da
69 gestão, tendo em vista ser um momento histórico e muito importante para a Instituição a
70 aprovação do referido processo. Aprovada a inversão de pauta, cedeu palavra ao
71 Conselheiro Renê Francisco Hellman que relatou tratar-se de alteração do Estatuto e
72 Regimento Geral da UEPG, referente a regras de paridade de gênero, sendo a proposta
73 de inclusão no Estatuto, artigo 22 com o seguinte texto: "A chapa que concorrerá à
74 Reitoria, nos termos do *caput* deste artigo, deverá ser composta por, no mínimo, uma
75 mulher, como medida de promoção da equidade entre homens e mulheres na



76 administração da Universidade, sob pena de indeferimento da sua inscrição” e do artigo
77 40 com o seguinte texto: “A chapa que concorrerá à Direção do Setor, nos termos
78 do *caput* deste artigo, deverá ser composta por, no mínimo, uma mulher, como medida de
79 promoção da equidade entre homens e mulheres na administração setorial, sob pena de
80 indeferimento da sua inscrição”. E ainda a inclusão no Regimento Geral da UEPG do
81 artigo 22-C: “A Reitoria deverá promover a equidade de homens e mulheres nos postos de
82 gestão da administração da Universidade, cabendo-lhe garantir que, no mínimo, 50%
83 (cinquenta por cento) dos cargos em comissão sejam ocupados por mulheres”; destacou
84 que essa última disposição já vem sendo aplicada como política da gestão atual e que a
85 intenção seria de que a presença das mulheres nos cargos de comando na gestão da
86 universidade seja uma política institucional e não dependa das gestões de ocasião. O
87 Senhor Presidente colocou em discussão a matéria, esclarecendo que a proposta foi
88 amplamente discutida nos departamentos, Setores, Conselho de Ensino, Pesquisa e
89 Extensão - CEPE e no Conselho de Administração - CA. Dado início a discussão da matéria,
90 manifestou-se primeiramente a Conselheira Nilvan Laurindo Sousa explicitando que o
91 quadro técnico não fora contemplado, porém, espera que futuramente isso seja alterado
92 para incluí-los em outros processos da Universidade; ressaltou que as mulheres não
93 poderiam ser vistas de forma homogênea, pois existem diferenciações e estratificações e
94 que ainda há o quadro dos terceirizados que também devem ser incluídos nessas políticas;
95 lembrou da necessidade da organização da comissão para o acompanhamento dessa
96 política e de lugar de escuta para as mulheres, apontando que na UEPG o quadro de
97 mulheres em formação é maior que o masculino, sendo necessário pensar também na
98 equidade em todos os setores, uma vez que as demandas, as experiências e as
99 responsabilidades são diferentes, principalmente quando incluem mães solas, tanto
100 servidoras, como alunas; finalizando, expôs sua preocupação quanto a necessidade de
101 uma fala que seja comprometida no aprimoramento dessa política dentro da Instituição.



102 O Presidente rememorou que, assim como ficou decidido no CA, será criada a comissão
103 permanente de acompanhamento dessa política, devendo ser composta observando-se a
104 equidade de gênero e de professores e agentes universitários, a fim de discutir, aprimorar
105 e avaliar essa política e dar segurança para que as mulheres efetivamente possam
106 participar dos cargos, bem como, para que também os técnicos tenham o seu espaço de
107 manifestação dentro dessa proposta. Em seguida fazendo uso da palavra a Conselheira
108 Rosângela Maria Silva Petuba destacou o momento histórico pela aprovação da proposta
109 de equidade de gênero, ressaltando as dificuldades que as mulheres enfrentam nos
110 espaços acadêmicos e intelectuais, na sociedade e na política e o avanço significativo
111 conquistado por elas e o seu papel na sociedade; parabenizou a gestão pela iniciativa e
112 pela sensibilidade, sendo um grande avanço para as mulheres da Universidade,
113 expressando esperança num futuro mais inclusivo para as próximas gerações. Em seguida
114 a Conselheira Silvana Oliveira enfatizou ser esse um momento valiosíssimo e enalteceu a
115 presença expressiva de mulheres na reunião, que de certa forma colaboram também
116 para que os Conselhos aconteçam, lembrando que a Universidade tem um número
117 significativo de mulheres, tanto servidoras, professoras e alunas, com uma participação
118 significativa e contribuições que conseguem grandes transformações; ponderou ser
119 importante a criação da comissão que dará continuidade ao debate, buscando com isso
120 fazer realmente uma Universidade com mais equidade e a partir disso uma sociedade
121 com mais equidade, com mais espaço de fala e de ação para as mulheres. Na sequência a
122 representante da Ouvidoria Cristiane Galvão Fidelis primeiramente manifestou ser um
123 momento muito importante a apresentação e aprovação da proposta e num breve
124 depoimento expôs sempre ter defendido a inclusão, mencionando sua situação pessoal e
125 declarou que a atual gestão é extremamente inclusiva. A Conselheira Nilvan Laurindo
126 Sousa como representante dos agentes universitários se comprometeu a representar as
127 mulheres da Universidade, inserindo-as nas discussões, assim como trazendo novas



128 questões, sendo efetiva nas reivindicações e lutas. O Senhor Vice-Reitor Professor Ivo
129 Mottin Demiate expressou grande satisfação e orgulho em fazer parte da gestão com o
130 Reitor Professor Miguel Sanches Neto, destacando a iniciativa voltada à equidade de
131 gênero, lembrando que ainda há uma grande desigualdade no país; compartilhou que
132 sua convivência com mulheres, como esposa, filhas e mãe transformaram sua vida,
133 trazendo mais sensibilidade e salientou o esforço das mulheres, que além de exercerem
134 suas funções profissionais ainda acumulam outras responsabilidades; finalizando
135 agradeceu ao Reitor por tê-lo convidado para ocupar essa posição, ressaltando que essa
136 pauta significativa, será um grande avanço para a Universidade. Retomando a palavra o
137 Senhor Presidente colocou em votação a matéria tendo sido aprovada por unanimidade.
138 Seguidamente cedeu palavra à Conselheira Eliane de Fátima Rauski para leitura de
139 carta em homenagem à Prefeita Municipal e também Conselheira desse Conselho
140 Professora Elizabeth Silveira Schmidt, que segue transcrita: “A Universidade Estadual de
141 Ponta Grossa conta na reunião do Conselho Universitário de hoje com a presença da
142 prefeita Elizabeth Silveira Schmidt, conselheira da comunidade externa que representa o
143 nosso município. Cabe a este egrégio Conselho, que tem a honra de contar com a
144 professora Elizabeth como docente aposentada da UEPG, homenageá-la pela conquista
145 histórica alcançada nas últimas eleições. Pela segunda vez, Elizabeth Schmidt foi escolhida
146 pela maioria da população para o comando do poder executivo municipal. Com esse
147 feito, torna-se a primeira mulher eleita em 2020 e reeleita em 2024 para estar à frente
148 da cidade de Ponta Grossa, o que é motivo de orgulho para a instituição e para este
149 Conselho. Temos, na figura da professora Elizabeth Schmidt, uma intelectual formada nos
150 bancos escolares do ensino público local. Foi aluna dos Colégios Júlio Teodorico e Regente
151 Feijó. Estudou no Instituto de Educação Professor César Prieto Martinez, formando-se no
152 magistério em 1968. Logo em seguida começou a trabalhar, com apenas dezoito (18) anos.
153 Em 1970, retorna ao Instituto, agora como professora, atuando ali até 1995. Em 1972,



graduou-se em pedagogia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), onde foi docente entre 1985 e 2010. Na política, foi a primeira mulher a ser candidata a vice-prefeita de Ponta Grossa, em 2000. Nas eleições de 2014, candidatou-se a deputada federal. Foi membro suplente do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Ponta Grossa e membro do Conselho Municipal de Educação e do Fundef. É membro do Centro Cultural Professor Faris Michael. Fundou e presidiu o Conselho da Comunidade, ligado à Vara de Execuções Penais da Comarca de Ponta Grossa. De 2005 a 2012, foi Secretária Municipal de Cultura e Turismo de Ponta Grossa; Entre 2015 e 2016, exerceu cumulativamente os cargos de Secretária Municipal de Administração e Secretária de Gestão de Recursos Humanos; Entre 2016 e 2018 presidiu a Fundação Municipal de Turismo. Recebeu diversas homenagens e honrarias, entre elas o título de Cidadã Benemerita de Ponta Grossa. A trajetória ímpar da prefeita Elizabeth Schmidt tem reconhecimento público e notório. Sua jornada como professora e liderança política feminina faz dela também uma das personalidades de maior proeminência na história da Universidade Estadual de Ponta Grossa, visto que a instituição foi berço de muitas das suas conquistas profissionais e pessoais. Ser a primeira mulher eleita e reeleita para a Prefeitura Municipal é o ponto alto de uma jornada que a distingue individualmente, sim, mas ao mesmo tempo representa uma conquista coletiva. Elizabeth Schmidt faz ecoar a voz de muitas mulheres que, inspiradas por ela, enxergam outras tantas possibilidades de ocupar diferentes espaços de poder, antes dominados historicamente e majoritariamente, quando não exclusivamente, por homens. Assim, à mulher, professora e prefeita Elizabeth Schmidt, este Conselho presta esta solene homenagem e faz votos de sucesso no desafio que em poucos dias terá início. Que seja feliz e exitoso o seu segundo mandato: de 2025 a 2028. A Universidade Estadual de Ponta Grossa está à disposição da gestão municipal para contribuir naquilo que tiver como valor maior o interesse público e o bem da população da cidade, que é a nossa casa.” Seguidamente fez uso da palavra a Prefeita



180 Municipal e Conselheira Elizabeth Silveira Schmidt, cuja manifestação segue transcrita:
181 “Agora é minha vez de chorar então, ouvindo tudo isso eu pensei como eu sou corajosa,
182 como eu sou corajosa! É uma história de vida! Uma história de vida onde nunca pensei
183 que viveria o que eu estou vivendo hoje! Porque quando eu fui aluna, quando eu fui
184 professora do Instituto de Educação, quando eu fui professora da Universidade Estadual
185 de Ponta Grossa, eu nunca, nunca senti preconceitos! Porque o meu meio de trabalho e
186 de vida era majoritariamente feminino, eram professoras, eram mulheres que estavam
187 sempre junto comigo. Mas, nós mulheres é que demos luz, demos vida, formamos caráter
188 e personalidades de homens e de mulheres, todas nós fazemos isso todo dia, porque nós
189 somos a semente da vida e aí entre tantos e tantos status, muitas e muitas mulheres
190 abriram caminhos para todas nós mulheres, as corajosas lá de trás! Cada vez que eu
191 lembro em cada uma das profissões que hoje as mulheres se destacam, eu lembro que
192 houveram as corajosas, as históricas, a primeira! a primeira de cada uma dessas histórias,
193 que foi a corajosa! E quando eu batizei a Secretaria Municipal de Educação de Júlia
194 Vanderlei, era uma pontagrossense que abriu caminhos, porque ela foi corajosa! ela foi lá
195 e disse: eu vou ser aluna desse curso e entrou na justiça e foi a primeira aluna mulher no
196 magistério lá no Instituto de Educação de Curitiba. E hoje quando, eu enquanto
197 professora de Sociologia, uma vez professora, sempre professora, eu sempre disse pros
198 meus alunos que nós temos um dedo e esse dedo muitas vezes diz assim: aquilo não devia
199 ser assim! aquilo não devia ser assado! não é assim que se faz! Mas qual é o meu
200 comprometimento? O que é que eu fiz para isso ser diferente? E por isso eu instigava as
201 pessoas a sempre participarem, porque eu também acredito que aquelas mulheres que
202 lutam, lutam, lutam para atravessar mares lá do outro lado do mundo morrem junto
203 com seus filhos atravessando aqueles mares, virando aqueles barcos, nas guerras aquelas
204 mulheres sofrendo, sofrendo, elas estão em busca da felicidade da sua família, é o que
205 todas nós fazemos aqui e em condições suaves, e lá é tudo tão mais difícil! Aí eu penso, as



206 políticas públicas, elas só existem porque as mulheres existem, porque não tem nenhuma
207 mulher que não queira a melhor saúde, a melhor educação, a melhor segurança, a
208 melhor cultura, melhor, melhor, melhor, tudo para os seus queridos! E aí o professor René
209 está institucionalizando junto com o Conselho Universitário, eu estou representando o
210 poder executivo no Conselho Universitário desde 2017 como vice-prefeita e depois como
211 prefeita eu estou participando do Conselho Universitário e aí eu enxergo que é do outro
212 lado, nós conquistamos já e muitos espaços! Agora o Conselho está reconhecendo isso
213 colocando no papel oficialmente essa condição, porque quando eu entrei na política, aí
214 sim o meio era predominantemente masculino, aí eu comecei a receber os preconceitos
215 muito fortes, muito! Dá para contar e nos dez (10) dedos, mas eu vou destacar três (3) os
216 mais fortes que eu sofri. Porque, quando eu decidi ser candidata eu tinha que escolher e
217 dizer porque eu tinha que me convencer do porquê! Primeiro lugar era para valorizar as
218 mulheres, em segundo lugar valorizar a nossa profissão de professora e aí os preconceitos
219 foram exatamente voltados a isso, porque era o que mulher que não sabe nada!
220 professorinha que só sabe dar aulinha e não sabe fazer gestão e velha que não sabe nada!
221 O etarismo é o que mais me doía! No primeiro ano de gestão eu entrei na justiça contra
222 seis (6) pessoas, ganhei todas! Vieram de joelhos na frente do juiz pedir desculpas para
223 mim e eu dizia: perdão para mim não! aquele lá de cima que vai perdoar! Eu só quero
224 que você reconheça que você está errado e a juíza dizia: quanto de multa que a senhora
225 quer se ela não cumprir? eu dizia: eu não quero multa nenhuma, não quero nada, eu só
226 quero que ela reconheça que está errada! E fizeram isso comigo e daí depois eu esqueci,
227 passou! Agora nessa eleição quando quiseram me comparar com o presidente dos Estados
228 Unidos, o Joe Biden eu disse assim: mas deixa a 'véia' trabalhar por favor! E aí eu quebrei
229 aquilo que estavam querendo fazer comigo. Gente, receber essa homenagem tão
230 importante agora com uma carta aberta para a comunidade que eu posso divulgar isso,
231 isso aqui para mim é um ápice realmente da minha vida, que esse reconhecimento



232 mostra que nós mulheres somos invencíveis quando a gente se une aos homens, porque
233 nós não vivemos sem vocês, nós não vivemos sem os homens, nós nos completamos! A
234 professora que falou aqui nós nos completamos, cada um do seu jeito, da sua maneira e
235 nós precisamos desse respeito. Na prefeitura hoje, acredito que na universidade não é
236 diferente, nós temos 60% dos servidores mulheres e eu brinco lá nós somos a casa das sete
237 (7) mulheres que eu tenho sete (7) secretárias, cinco (5) são servidoras públicas e eu sou a
238 oitava então é a casa das oito (8) mulheres, a prefeitura, que fazem a diferença os
239 maiores orçamentos estão nas mãos de mulheres que é a educação, saúde, segurança, a
240 agência de inovação, a administração, então conclusão, isso aqui é um referendo para
241 que nós estejamos sempre fortes, resilientes, porque eu ainda sei que por muito tempo nós
242 estaremos precisando mostrar e provar que a gente pode, que a gente sabe, que a gente
243 é competente, que a gente estuda, que a cabeça da gente é igual à dos homens só com
244 algumas diferenças e alguns olhares de sensibilidade que são diferentes, porque no dia da
245 eleição só para encerrar, sei que demorei muito, às 4 da tarde passei na padaria Belle
246 Pane que eu venho todo sábado e no sábado não tinha vindo e fui e aí eu disse pare aqui!
247 disse pro Bruno vou comprar pão, para gente ouvir a nossa vitória e eles olhavam para
248 mim assustados, eu comprei pães, comprei presunto, queijo e tal e a padaria cheia de
249 gente e todo mundo olhava e dizia mas é a candidata que está aqui? é a candidata!
250 porque eu vou na padaria, vou na farmácia, vou no supermercado! É claro que eu dou
251 um passo e tiro uma foto, recebo uma reclamação, recebo um elogio, recebo um pedido e
252 assim por diante, mas é sensacional! Ser mulher e ser a perfeita dos duzentos (200) anos.
253 Eu nem tinha pensado nisso na época, no dia da festa dos duzentos (200) anos eu disse:
254 meu Deus! e sou eu a prefeita dos duzentos (200) anos! E lá na galeria de prefeitos na
255 prefeitura tem todos os homens em preto e branco, de bigode, de barba, sem barba e
256 assim por diante e uma criança de cinco (5) anos lá do Ouro Verde fez uma pergunta um
257 dia, na hora que a professora perguntou e aqui quem vai estar na fotografia vazia, as



crianças não sabiam responder, ficaram, quem vai ser? Aí essa criancinha disse assim: é a
prefeita! Aí a minha assessora falou e vai ser colorida para aparecer a cor do batom! eu
falei: aprovada vai ser vai ser! Então vocês vão ver lá uma foto colorida! Mas a pergunta
mais importante que eu recebi foi dessa mesma criança de 5 anos, nenhum jornalista me
fez essa pergunta! o que é melhor ser professora ou ser prefeita? E eu pensei: o que eu vou
responder para vinte e cinco (25) crianças? aí resumindo eu respondi: ser professora e ser
prefeita é transformar vidas! Muito obrigada pela oportunidade, obrigada pela
homenagem!” Retomando a palavra o Presidente agradeceu a presença da Prefeita
Municipal e deu continuidade a reunião, retomando a pauta regulamentar, colocou em
aprovação as Atas sob número 1/2024, referente à reunião realizada no dia vinte e sete
de junho de dois mil e vinte e quatro e 2/2024 referente à reunião realizada no dia
dezenove de agosto de dois mil e vinte e quatro, que não havendo óbice, foram
aprovadas por unanimidade. Em seguida procedeu a chamada do processo de recurso
passando a palavra ao relator Conselheiro Siderlei Nascimento. Assumindo a palavra o
Conselheiro explicou que não faria a leitura de seu parecer, uma vez que o mesmo se
encontrava anexado ao processo, sendo seu teor de conhecimento de todos os presentes;
citou para melhor ilustrar seu argumento, fato ocorrido em matéria deliberada
anteriormente, onde cada Conselheiro teria que assinar um termo de confidencialidade
para poder acessar o conteúdo, caracterizando a obrigatoriedade do sigilo, dessa forma,
em caso de divulgação ou publicização do assunto, estaria configurado uma infração do
dever inerente ao servidor público, diferentemente do caso em tela. O Senhor Presidente
informou os procedimentos aos advogados, lembrando que teriam dez (10) minutos para
pronunciamento. Cedeu palavra à advogada Dra. Táris Magalhães Pereira, cuja
manifestação segue transcrita: “Magnífico reitor, vice-reitor, demais membros do Conselho.
Hoje eu estou mais emotiva do que mais profissional, porque eu sou fruto dessa casa e me
considero mulher também. Mas o que eu quero dizer é o seguinte, em homenagem a



284 minha cliente mulher, que ela está sendo prejudicada por um entendimento equivocado
285 contido no relatório. Como o Conselheiro falou, o Conselheiro Siderlei falou, trata-se de
286 uma infração menos grave, ou seja, não houve característica daquela publicação ter sido
287 sigilosa e o que que isso acarreta? ela não cometeu uma proibição que é passível de
288 penalidade mais forte e sim uma infração, um dever! Traudi fique quieta! só isso! é um
289 dever de ficar quieta, não se manifestar! Mas ela se manifestou, então, como a
290 manifestação dela não foi revestida pelas características do ato de ser uma publicação
291 sigilosa, ela não pode ser penalizada com uma pena passível prevista no estatuto que não
292 seja uma advertência, então lá a comissão, o relatório, a relatoria, pulou as fases da
293 penalidade passando para uma suspensão, então eu apelo nesse dia magnífico, essa
294 manhã fabulosa que eu presenciei aqui corrijam, corrijam, vocês tem a capacidade de
295 corrigir um equívoco, que vai prejudicar uma família, vai prejudicar uma mulher, vai
296 prejudicar a filha dela e além do mais vai macular 14 anos de serviço dedicado com
297 grande excelência porque ela é fiel ao cumprimento do dever dela. É isso que eu gostaria
298 de falar vou passar a palavra pro doutor Pedro, muito obrigada!”. Seguidamente fez uso
299 da palavra o advogado Dr. Pedro Bazzi, cuja manifestação segue transcrita: “Magnífico
300 reitor, demais membros do Conselho. Ressaltando o que a doutora Táris acabou de falar,
301 complementando e ressaltando, ocorre que a comissão entendeu equivocadamente o
302 documento publicado pela senhora Traudi que era sigiloso, não era um documento
303 sigiloso, portanto não cometeu uma proibição e sim uma falta com o dever dela e
304 devemos observar também, nesse dia tão importante onde foi aprovada essa lei tão
305 importante de equidade de gênero, essa celebração desse dia não deveria ser jogando
306 mais uma mulher na fogueira, aos cães, aos leões pra ser julgada de uma penalidade tão
307 grave como querem impor a ela; não só ela que vai sofrer esse prejuízo, mas sim sua filha
308 Ana Lu de 7 anos, se ela sofrer uma suspensão vai ficar sem o salário dela, vai prejudicar
309 sua família, uma mãe solo que tem uma filha de 7 anos, então, isso é uma grande



310 injustiça, eu garanto aos senhores Conselheiros, docentes e a todos os docentes aqui
311 presentes não deveria celebrar um dia tão importante como esse numa celebração de
312 uma lei tão importante quanto essa jogando uma mulher a fogueira! Quantas mulheres
313 já foram prejudicadas ao longo da história a celebrar um dia desse tão importante,
314 jogando uma dos seus, uma colega, numa punição que vai resultar num prejuízo para a
315 sua família inteira que é a sua filha, para a carreira dela, uma mulher solo, uma mãe
316 solteira, uma mãe solo, isso é triste pra não falar outras coisas. Como que a gente vai
317 celebrar um dia tão bonito numa conquista tão grande que é das mulheres e julgando e
318 jogando uma delas a fogueira como já foi feito diversas vezes na história. Mas voltando
319 aqui as questões técnicas do assunto em tela, esse equívoco viola quatro fontes do direito
320 até Constituição Federal, Controladoria Geral da União, normativas, viola a Lei Federal
321 de acesso à informação, viola o Estatuto do Servidor da UEPG, então essa decisão desse
322 Conselho facilmente vai ser mudada em juízo, num eventual processo contra a UEPG. Mas
323 eu não gostaria que precisasse chegar ao juiz mudar e nesse dia tão importante dessa
324 conquista de todos os docentes e todas as docentes dessa nobre casa que é um baluarte de
325 resistência pública da educação paranaense, que ainda é pública e devemos celebrar que
326 a UEPG é pública ainda, eu acho que não deveria encerrar essa reunião do Conselho
327 depois de um avanço tão grande, sepultar isso tudo condenando uma colega de vocês a
328 suspensão com prejuízo de trinta dias no salário para ela chegar em casa e não falar para
329 sua filha de sete anos Ana Lu que seus colegas puniram ela e ela vai ficar sem o salário do
330 mês por conta disso”. Retomando a palavra a advogada Dra. Társis Magalhães Pereira,
331 expressou: “Eu só ressalvo a importância da correção da pena aplicada, porque ela tem
332 quatorze anos de serviço, todo mundo aqui é servidor público e sabe o que significa isso no
333 seu histórico funcional, então eu gostaria sim de fazer novamente, ratificar para que seja
334 corrigido esse equívoco. Trata-se de um equívoco! Porque, sair daqui com a mesma
335 penalidade, saber que eu vou ter que passar pelo mesmo sistema para obter, no caso



336 reconhecimento judicial do equívoco é uma perda de tempo, quando poderíamos sair
337 daqui tranquilos sabendo que o equívoco foi corrigido e assim então é em razão também
338 da solicitação da pena de advertência para que não faça, não seja incluído no histórico
339 funcional da servidora.” O advogado Dr. Pedro Bazzi, retomou seu pronunciamento que
340 segue transcrito: “Para que na remota hipótese da servidora ser condenada, que seja
341 condenada numa pena de advertência verbal ou uma repreensão por escrito e não
342 suspensão com prejuízo de trinta dias no salário, que é uma pena ilegal, não cabe a esse
343 caso concreto, porque o documento não era sigiloso como o nobre colega Siderlei
344 comentou. Não foi feito os trâmites de um documento sigiloso onde tem que recolher
345 assinaturas para o acesso, os demais trâmites burocráticos que exigem para tal feito. Não
346 eram documentos sigilosos, portanto não é uma proibição, ou seja, não cabe pena de
347 suspensão seria só uma advertência verbal ou uma repreensão por escrito. Então, eu
348 apelo aos senhores docentes, membros desse Conselho, magnífico reitor para que
349 estabeleça somente uma pena de advertência ou repreensão mas que não seja suspensão
350 essa colega de vocês nesse dia tão importante! Convido os senhores que se debrucem sobre
351 a sua consciência e sejam empáticos a essa mulher, essa mãe, que enfrenta essas
352 adversidades do mundo sozinha para chegar em casa com o seu salário, com tanto suor
353 conquistado para sua filha Ana Lu e ela chegar bem em casa e não com essa triste notícia
354 num dia tão importante como esse”. Retomando a palavra, o Senhor Presidente
355 esclareceu que o Conselho sempre se manifesta de maneira independente, ou seja, cada
356 Conselheiro de maneira individual e que o resultado das decisões pode ser questionado na
357 justiça, porém, o Conselho não se move por pressão. Seguidamente colocou em discussão o
358 processo, quando pronunciou-se a Conselheira Nilvan Laurindo Sousa, mencionando que
359 apesar de ser um dia de celebração, também seria um momento para reflexão e referiu
360 que no processo percebe-se a falta de neutralidade especialmente no que diz respeito a
361 capacidade da servidora, argumentando ser a servidora uma técnica altamente



362 qualificada e que nunca sofreu repreensão em sua carreira; defendeu a criação de
363 espaços de escuta dentro da Universidade para lidar com as angústias e insatisfações de
364 maneira adequada, a fim de evitar que esses sentimentos sejam mal direcionados;
365 pontuou ainda que os servidores tem o poder de denúncia, porém a forma de como fazê-
366 la deve ser orientada; relatou experiência vivida com a servidora em gestão anterior,
367 salientando sua participação efetiva na resolução de um difícil processo de convênio
368 ligado a um laboratório, demonstrando sua competência; expôs, que se deve levar
369 também em consideração que a servidora é mãe solo, sem rede de apoio e tem uma filha
370 em tratamento médico; reiterou que houve um equívoco e uma exacerbação da punição
371 e que apesar de ter ocorrido falha por parte da servidora, a penalidade foi
372 desproporcional em relação a outros processos que tem conhecimento na Instituição;
373 finalizando reforçou o pedido de reflexão para que não se cometa uma injustiça
374 condenando a servidora e ressaltou o desgaste significativo do processo, inclusive com
375 efeitos didáticos à servidora. Na sequência o Conselheiro Jozia Ribeiro do Nascimento
376 fazendo uso da palavra convidou a todos para uma reflexão no momento do voto,
377 ponderando que a servidora pode ter cometido algum erro e que todos estão suscetíveis a
378 erros, solicitou empatia para com a servidora, alegando que a penalidade de suspensão
379 seria excessiva nesse caso. Em seguida a Conselheira Jesiane Stefania da Silva Batista
380 explicou que em seu entendimento as duas pautas não deveriam ser colocadas em
381 paralelo, como mencionado pelos advogados, que apesar da proposta da equidade de
382 gênero ser uma conquista extremamente expressiva, não deve influenciar o processo em
383 análise, uma vez que as duas pautas não devem ser tratadas como equivalentes; quanto
384 aos espaços de escuta e denúncia, lembrou que há canais oficiais na UEPG, como a Pró-
385 Reitoria de Gestão de Pessoas - PROGESP e pontuou ser importante o bom senso e
386 critérios para a utilização dos canais, sobretudo canais que saem da Universidade, como
387 as redes sociais, sendo essa uma grande preocupação; destacou a necessidade de



atualização por parte dos servidores no que diz respeito às suas responsabilidades, apontou que a Universidade enfrenta muitos questionamentos da sociedade e que atitudes impensadas podem reverberar contra a mesma; finalizando, expressou quanto a qualificação da servidora que não havia demérito algum e que inclusive trabalha com outros servidores e docentes de departamento que é considerado de excelência e ponderou a importância de se considerar os impactos das ações, tanto na vida de outras pessoas, como também coletivamente. O Conselheiro Gonçalo Cassins Moreira do Carmo reforçou a fala da Conselheira Jesiane Stefania da Silva Batista salientando que embora se trate de um momento histórico, merecido pelas mulheres da Universidade, as matérias seriam distintas, não sendo relacionados os assuntos; referente a fala da Conselheira Nilvan Laurindo Sousa, quando referiu que não houve imparcialidade por parte da comissão, lembrou que a comissão precisa ser imparcial e que o processo garante isso, avaliando que todo o rito fora cumprido, inclusive oportunizando manifestação sobre eventuais impedimentos da participação dos membros na referida comissão, portanto, afirmar que a decisão de uma comissão foi parcial, desqualifica seu trabalho; quanto ao laboratório mencionado expôs que é uma conquista do Departamento de Ciências Farmacêuticas, construído com o apoio de professores, servidores e amplamente apoiado pela atual gestão, não se tratando de uma conquista individual; finalizando explanou que o reconhecimento técnico da servidora não estaria em discussão e sim a atitude tomada e que nesse sentido o termo “erro” utilizado seria incorreto, uma vez que, esse pressupõe desconhecimento, porém, o servidor ao assumir um cargo público toma ciência do estatuto e do regimento da Instituição, portanto, tem conhecimento das normas que devem ser respeitadas. O Conselheiro Siderlei Nascimento explicou que a questão central se referia à sugestão de punição a partir de duas infrações, dos deveres e das proibições e ressaltou que não percebeu no processo indício de que a servidora tinha conhecimento do sigilo estrito do que foi publicado, independentemente do conhecimento do estatuto



414 quando o servidor assume o cargo. Não havendo mais manifestação o Presidente colocou
415 em votação nominal, especificando como proposta de número um (1) a proposta original
416 com a aplicação da pena de suspensão e como proposta de número dois (2) o parecer
417 substitutivo com a aplicação da pena de advertência. Após o chamamento nominal a
418 votação ficou com o seguinte resultado: favoráveis à proposta de número um (1), trinta
419 (30) votos, e favoráveis a proposta de número dois (2), dois (2) votos. Votaram favoráveis
420 à proposta de número um (1), os Conselheiros: Adilson Luiz Chinelatto, Adriana de Souza
421 Martins, Adriana Timóteo dos Santos, Adriano Gonçalves Viana, Airtton Kist, Alexandre
422 Camilo Junior, Andrea Tedesco, Beatriz Gomes Nadal, Carlos Emmanuel Ribeiro
423 Lautenschläger, Cleise Maria de Almeida Tupich Hilgemberg, Eliane de Fátima Rauski,
424 Elizabeth Mônica Hasse Becker Neiverth, Emerson Martins Hilgemberg, Gersa Clazer
425 Halila Possagno, Ione da Silva Jovino, Iriane Eger, Irvana Chemin Branco, Ivo Mottin
426 Demiate, Jesiane Stefania da Silva Batista, Julio César Miné, Vitória Freitas Caetano de
427 Oliveira, Marina Tolentino Marinho, Miguel Archanjo de Freitas Junior, Renê Francisco
428 Hellman, Rogério de Brito Bergold, Sandra Maria Scheffer, Silas Guimarães Moro, Silvana
429 Oliveira, Simone de Fátima Flach e Zélia Maria Lopes Marochi e votaram favoráveis a
430 proposta de número dois (2) os Conselheiros: Jozia Ribeiro do Nascimento e Siderlei
431 Nascimento. Na sequência o Presidente retomando a pauta, procedeu a chamada dos
432 processos para pronunciamentos de destaque, quando houve menção aos itens 6 pela
433 Conselheira Adriana de Souza Martins, 7 pelo Conselheiro Siderlei Nascimento, 8 pelo
434 Conselheiro Renê Francisco Hellman e 11 pelo Conselheiro Airtton Kist. Passou a inclusão de
435 pauta, manifestando-se primeiramente o Conselheiro Alexandre Camilo Junior que
436 solicitou a inclusão do *Processo nº 24.000078229-9*, referente ao Calendário do internato
437 do curso de Medicina e a Conselheira Eliane de Fátima Rauski que solicitou a inclusão do
438 *Processo nº 23.000068618-7* a respeito de decreto governamental que altera o calendário
439 do ano de dois mil e vinte e quatro. O Presidente colocou em votação a inclusão dos



440 processos, sendo aprovadas por unanimidade. O Conselheiro Alexandre Camilo Junior
441 procedeu a leitura do relato do processo e do voto, que se encontram anexados ao
442 processo, com parecer favorável a aprovação do calendário do Internato do Curso de
443 Medicina. O Presidente colocou em votação a matéria e não havendo manifestação foi
444 aprovada por unanimidade. Na sequência a Conselheira Eliane de Fátima Rauski relatou
445 recebimento de ofício circular da Casa Civil transferindo o feriado referente a
446 emancipação política do Paraná do dia dezenove para o dia vinte de dezembro, dessa
447 forma alterando o Calendário Universitário 2024. O Senhor Presidente colocou em
448 discussão a matéria e não havendo manifestação em votação, foi aprovada por
449 unanimidade. Retomando a pauta de destaques, cedeu palavra à Conselheira Adriana
450 de Souza Martins referente ao item 6 que pediu vistas ao processo, justificando que, por se
451 tratar do regimento interno da Fazenda Escola “Capão da Onça” - FESCON e sendo esse
452 um órgão afeto aos cursos de agrárias, indicou ser importante a participação desses na
453 construção do referido regimento. Seguidamente referente ao PROCESSO Nº
454 24.000065875-0 para aprovação do Calendário Universitário para os Cursos Presenciais e
455 a Distância da UEPG, ano letivo dois mil e vinte e cinco, o Conselheiro Siderlei Nascimento
456 solicitou esclarecimento em relação a fala do Senhor Vice-Reitor Professor Ivo Mottin
457 Demiate na última reunião extraordinária do Conselho de Administração, quando
458 proferiu que as férias coletivas não caberiam mais na UEPG. O Senhor Vice-Reitor
459 Professor Ivo Mottin Demiate explicou que a UEPG é um órgão fundamental para a
460 sociedade como um todo, tendo um grande protagonismo de atuação em diversas áreas,
461 como o Hospital Universitário, que funciona diuturnamente, sem possibilidade de
462 qualquer tipo de situação que caracterize férias coletivas, assim como também não é
463 admitido férias aos alunos bolsistas dos cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado;
464 destacou que é necessário ter uma Instituição que funcione de maneira continuada
465 durante todo o ano, excetuando finais de semana e feriados regulamentares. A



466 Conselheira Silvana Oliveira mencionou que no Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes
467 - SECIHLA a percepção fora mais enfática, pelo fato de que faltou discussão coletiva na
468 construção do calendário, que embora a Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD tenha
469 enviado proposta inicial para que as direções dos setores discutissem com seus colegiados,
470 não houve condições de interlocução para esse calendário; salientou ser importante que se
471 inicie o mais cedo possível a discussão para o calendário de dois mil e vinte e seis, a fim de
472 que seja construído de forma participativa; referiu que a falta das datas dos eventos
473 institucionais no calendário, cria dificuldade para a gestão letiva nos Setores, lembrou
474 ainda quando foi criada a “semana do saco cheio”, que era reservada para concentrar os
475 eventos institucionais, o que de alguma forma organizava o segundo semestre; informou
476 ainda, que a partir do próximo ano os cursos de licenciaturas deverão cumprir
477 anualmente o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE, significando que
478 os alunos só poderão solicitar a formatura após a realização do referido exame e que nos
479 casos de alunos que não realizem a prova, deverão justificar, porém, o retorno, só
480 acontece a partir do dia sete de fevereiro, ficando portanto o aluno suspenso, sem poder
481 se formar e aguardando se a justificativa foi aceita; sugeriu que se pensasse outra data
482 para as formações, que não o mês de dezembro. O Conselheiro Miguel Archanjo de
483 Freitas Junior destacou a importância desses momentos de diálogos para o fortalecimento
484 da democracia institucional; primeiramente esclareceu quanto as férias coletivas, que
485 existe uma questão legal, onde o conceito dessas pressupõe a liberação de toda empresa
486 ou de determinados segmentos da mesma, dessa forma não sendo possível liberar
487 somente alguns servidores de cada órgão e manter aqueles que seriam essenciais para a
488 manutenção das atividades; quanto as férias da UEPG coincidirem com as férias escolares
489 da rede pública municipal e estadual relatou que, em conferência com os calendários,
490 verificou-se que os períodos seriam bem próximos, apenas com alguns dias de diferença.;
491 explicou receio quanto as datas dos eventos constarem no calendário, pois, em caso de



492 alteração de alguma data, será necessário convocar o Conselho para aprovação dessa
493 alteração e informou que as datas dos eventos serão indicadas em Ordem de Serviço
494 específica, juntamente com as balizas temporais para lançamento de notas,
495 encerramentos de semestre, entre outras; referente ao período de formaturas, esclareceu
496 que devido à grande demanda de antecipação dessas e tendo em vista a necessidade de
497 empregabilidade dos alunos graduandos, como nos casos de períodos de contratação
498 específicos que dependem diretamente da certificação; finalizando, manifestou que o
499 corrente ano transcorreu dentro da normalidade em comparação a anos anteriores e
500 reafirmou compromisso de estudo coletivo para o próximo calendário. A Conselheira
501 Silvana Oliveira ressaltou a importância do debate coletivo sobre o calendário acadêmico,
502 lembrando que não houve discussão mais ampla, ficando restrito aos Conselhos CEPE e
503 CA; reconheceu válido o argumento sobre a necessidade das formaturas no mês de
504 dezembro, uma vez que impactam nos alunos que precisam do diploma para entrar no
505 mercado de trabalho e no acesso a bolsas e reforçou a preocupação do SECIHLA em
506 relação ao ENADE e as formaturas das licenciaturas e apontou a necessidade de discutir o
507 calendário de maneira crítica. O Senhor Vice-Reitor Professor Ivo Mottin Demiate
508 declarou que mudanças sempre são difíceis e que a gestão está comprometida com o
509 avanço contínuo da Universidade e ratificou que as discussões são relevantes e que em
510 determinados casos os processos devem tramitar por todos os setores e órgãos, mesmo sem
511 haver previsão para o trâmite; mencionou quanto as formaturas, que havia algumas
512 particularidades dos formandos do Setor de Engenharias, Ciências Agrárias e de
513 Tecnologia - SECATE, para que essas ocorressem no mês de dezembro, tendo em vista
514 período de safra e a obtenção da carteira de registro profissional, facilitando assim a
515 entrada rápida no mercado de trabalho já no início do ano e enfatizou que a questão do
516 ENADE nas licenciaturas será considerada com atenção; finalizando, expôs quanto a
517 elaboração do próximo calendário, conforme já exposto na reunião do CA, deverá ter



início já no final do primeiro semestre, garantindo um processo mais amplo e participativo. Em seguida a Conselheira Nilvan Laurindo Sousa, quanto as formaturas, sugeriu que o cerimonial entregue com antecedência, diretamente aos professores homenageados, especialmente aos colaboradores, as orientações e documentos relacionados à cerimônia, uma vez que muitos deles participam de concursos e processos seletivos, e essa homenagem é importante para o Currículo Lattes. O Presidente se comprometeu a levar a sugestão ao Cerimonial. Seguidamente colocou em votação o Calendário, sendo aprovado por maioria de votos, registrando votos contrários dos Conselheiros Jozia Ribeiro do Nascimento e Siderlei Nascimento. Retomando a pauta de destaque passou a palavra ao Conselheiro Renê Francisco Hellman referente ao item 8 da pauta. O Conselheiro supracitado relatou que o processo se trata da aprovação do curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo, já tendo sido aprovada a parte didático-pedagógica pelo CEPE, porém, tendo retornado à comissão proponente por conta de algumas questões administrativas, quando foram solicitadas algumas adaptações como, redução da carga horária para que o curso pudesse ser ofertado no período noturno, criação de disciplinas na modalidade a distância e ainda a adaptação do Projeto Pedagógico do Curso - PPC para as novas regras do regime acadêmico, aprovado na presente reunião; destacou que o voto estaria dividido em duas partes, sendo a primeira uma análise pontual das mudanças no PPC, na qual não foi identificado nenhuma irregularidade ou desrespeito às normas internas ou externas e a segunda parte, uma avaliação dos aspectos administrativos, como recursos humanos e materiais, todos devidamente contemplados no PPC. Na sequência o Presidente colocou em aprovação a matéria e não havendo manifestação em votação, sendo aprovado por unanimidade, solicitou uma salva de palmas pela aprovação do curso e pelo momento histórico desse Conselho, pela aprovação de dois cursos novos, Psicologia e Arquitetura e Urbanismo. Seguidamente o Conselheiro Carlos Emmanuel Ribeiro Lautenschläger expressou emoção



544 e alegria pela aprovação do curso de Arquitetura e Urbanismo, ressaltando que esse
545 projeto vinha sendo pensado há muitos anos, primeiramente idealizado como um curso
546 integral, porém, sendo reformulado para se adaptar à realidade atual, mantendo sua
547 modernidade e robustez, sendo ofertado no turno noturno e contando com vinte por
548 cento (20%) da carga horária em Ensino a Distância - EaD; na qualidade de Presidente
549 da Comissão de Estudos para a implantação do curso, agradeceu o trabalho da Comissão
550 e de todos os órgãos e departamentos envolvidos, bem como o apoio da Reitoria. O
551 Senhor Vice-Reitor Professor Ivo Mottin Demiate salientou que a criação dos novos cursos
552 de graduação fora um esforço coletivo institucional, envolvendo muitos desafios e
553 superações, uma vez que a criação de cursos sempre demanda muito trabalho,
554 negociações e persistência, especialmente quando envolvem diferentes áreas do
555 conhecimento; expôs ainda a importância da criação desses cursos, que além da alta
556 demanda, atendam também a comunidade, assim, reafirmando o papel da Universidade
557 como instituição pública, gratuita e inclusiva. O Presidente agradeceu também o trabalho
558 do CEPE para aprovação do curso, bem como o trabalho realizado pela PROGRAD e
559 SECATE, especialmente ao Departamento de Engenharia Civil pela elaboração do projeto.
560 Seguidamente a Conselheira Sandra Maria Scheffer a respeito do curso de Psicologia,
561 também aprovado na presente reunião, que o mesmo nasceu de uma visão intersetorial
562 para atender uma demanda da sociedade, com isso os Setores de Ciências Sociais
563 Aplicadas - SECISA, Ciências Biológicas e da Saúde - SEBISA e o SECIHLA se fortaleceram,
564 demonstrando internamente o potencial que tem para congregar um curso novo e
565 agradeceu a todos os envolvidos na criação do mesmo. O Presidente esclareceu referente
566 aos cursos novos, que esses estariam sendo estruturados com a carga horária mínima
567 recomendada pelo Ministério da Educação - MEC, com até vinte por cento (20%) de
568 disciplinas teóricas EaD e que seriam cursos preferencialmente noturnos, salientando que o
569 curso de Psicologia é matutino, que há o aproveitamento da estrutura de salas e



570 laboratórios disponíveis e principalmente que estariam atendendo o perfil dos alunos
571 trabalhadores, dessa forma ampliando a inclusão e o acesso à Universidade; que a
572 intenção, após a emissão do decreto estadual, será realizar um vestibular extemporâneo
573 para atender a demanda daqueles que ainda buscam uma vaga na universidade.
574 Retomando a pauta de destaque o Conselheiro Airton Kist referente ao item 11, explicou
575 que não havia acesso integral ao processo, ficando comprometida a transparência do
576 mesmo, não dando segurança para votar a favor da matéria. O Conselheiro Renê
577 Francisco Hellman esclareceu que os processos ao qual o Conselheiro Airton Kist se referiu,
578 tramitaram em modo restrito, tratando-se das cartas de aceite e que no processo há
579 informações de que as cartas existem e que todas as disciplinas estão adequadas; que
580 trata-se de um curso a distância, com financiamento externo: que a exigência das cartas
581 de aceite é por questão de legislação interna, sendo um tipo de curso que não afeta carga
582 horária dos departamentos, sendo os professores contratados por meio de processos
583 seletivos específicos e pagamento de bolsa, assim o CEPE considerou que não havia
584 prejuízo para a aprovação. Seguidamente o Presidente colocou em votação o item 11 da
585 pauta, sendo aprovado por maioria, constando o voto contrário do Conselheiro Airton Kist.
586 Esgotada a pauta regulamentar, o Presidente solicitou fazer dois comentários antes de
587 encerrar a reunião, destacando que há grande união nos Conselhos e que esses estão
588 preocupados e comprometidos com a Universidade e tudo o que essa abrange, bem como,
589 com a sociedade; primeiramente, afirmou ser importante não se promover conflitos entre
590 professores e agentes universitários e que os problemas devem ser tratados de forma
591 individualizada e não generalizados por categoria; rememorou alguns casos de recursos,
592 mencionando que esses sempre foram analisados pelas infrações cometidas e não
593 especificamente contra homens, professores ou agentes; que as infrações não devem ser
594 flexibilizadas, sejam de caráter sexual, moral ou administrativo, independentemente de
595 quem cometeu e enfatizou a importância dos casos serem analisados com imparcialidade



e coerência nos julgamentos; alertou ainda, a respeito da divulgação de dados pessoais que seria muito grave, configurando crime e lembrou que contracheques de servidores da atual gestão foram publicados em redes sociais e que o responsável fora condenado a dois anos e dois meses de prisão, cuja pena está sendo cumprida em liberdade por ser réu primário e citou também o caso em que dados de veículo de uma servidora, foram divulgados na internet, observando que esses tipos de ação devem ser coibidos, uma vez que configuram crime e ferem a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD; finalizando, expôs que as votações dos Conselhos sempre dão muita segurança ao Reitor, uma vez que, são baseadas na legislação e no cumprimento das funções dos servidores públicos e reforçou a necessidade de se manter a coerência e a legalidade nas decisões, pensando sempre em prol da Universidade e sem divisões, enquanto grupo. Nada mais a tratar, às onze horas e cinquenta e três minutos, a Presidência agradeceu a presença de todos e declarou encerrada esta reunião, da qual, eu, Ilse Renate Lauer Sanson, Secretária dos Conselhos Superiores, lavrei a presente ATA, que depois de aprovada será assinada pelos presentes. Ponta Grossa, doze de dezembro de dois mil e vinte e quatro.

ATA Nº 3/2024

Miguel Sanches Neto

Ivo Mottin Demiate

Adilson Luiz Chinelatto

Adriana de Souza Martins

Adriana Timoteo dos Santos

Adriano Gonçalves Viana

Airton Kist



619	Alexandre Camilo Junior	
620	Andrea Tedesco	
621	Beatriz Gomes Nadal	
622	Carlos Emmanuel Ribeiro Lautenschläger	
623	Cleise Maria de Almeida Tupich Hilgemberg	
624	Eliane de Fátima Rauski	
625	Elisabeth Mônica Hasse Becker Neiverth	
626	Elizabeth Silveira Schmidt	
627	Emerson Martins Hilgemberg	
628	Gerusa Clazer Halila Possagno	
629	Ione da Silva Jovino	
630	Iriane Eger	
631	Irvana Chemin Branco	
632	Jesiane Stefania da Silva Batista	
633	Jozia Ribeiro do Nascimento	
634	Júlio César Miné	
635	Marina Tolentino Marinho	
636	Miguel Archanjo de Freitas Junior	
637	Nilvan Laurindo Sousa (suplente)	
638	Renê Francisco Hellman	
639	Rogério de Brito Bergold	



640	Sandra Maria Scheffer	
641	Siderlei Nascimento	
642	Silas Guimarães Moro	
643	Silvana Oliveira	
644	Simone de Fátima Flach	
645	Vitória Freitas Caetano de Oliveira (suplente)	
646	Zélia Maria Lopes Marochi	
647	Presentes:	
648	Adriana de Fátima Pilatti Ferreira Campagnoli	
649	Elias Pereira	
650	Luciane Pereira da Silva Navarro	
651	Luiz Gustavo Barros	
652	Cristiane Galvão Fidelis	
653	Ilse Renate Lauer Sanson - Secretária	